

Ata resumida da reunião de 19 de fevereiro de 2024

Presentes presencial: Representantes das pessoas atingidas das cinco regiões (R1, R2, R3, R4, R5), representante de Povos e Comunidades Tradicionais, representante dos Familiares de Vítimas Fatais, representantes das Assessorias Técnicas Independentes (AEDAS, NACAB e Instituto Guaicuy), representantes das Instituições de Justiça (Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Ministério Público Estadual, representantes da Coordenação e Acompanhamento Metodológico e Finalístico (CAMF), representantes da Entidade Gestora (Cáritas, Associação Nacional de Atingidos por Barragens - ANAB)

Presentes sala virtual: Representantes das pessoas atingidas das cinco regiões (R1, R2, R3, R4, R5), representantes das Assessorias Técnicas Independentes (AEDAS, NACAB e Instituto Guaicuy), representantes das Instituições de Justiça (Ministério Público Federal), representantes da Coordenação e Acompanhamento Metodológico e Finalístico (CAMF), representantes da Entidade Gestora (Cáritas, Associação Nacional de Atingidos por Barragens - ANAB, Instituto Conexões Sustentáveis - Conexus)

Local: Sala Minas Gerais, prédio do Ministério Público de Minas Gerais

Horário: 14h-18h

Houve **transmissão ao vivo** da reunião com presença de outras representações. A íntegra da reunião pode ser assistida aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=wDY0nPzuiSE>

Antes do início da reunião, a pedido da coordenadora da reunião, Dra. Shirley, todas as pessoas presentes se levantaram e fizeram **um minuto de silêncio** em respeito às 272 vítimas do rompimento da barragem da Vale S.A.

A reunião iniciou-se com a **apresentação** dos representantes das Instituições de Justiça (MPMG, MPF, DPMG), Entidade Gestora (Cáritas, ANAB e Conexus) e da Coordenação e Acompanhamento Metodológico e Finalístico (CAMF).

Em seguida, Dra. Carolina, DPMG, fez um **breve histórico** sobre o Anexo 1.1 - Projeto de Demanda das Comunidades Atingidas. Ressaltou sobre o objetivo da reunião que é tratar do Plano de Ação para os 90 dias. **Pediu tranquilidade às pessoas, pois mesmo que nem todos consigam falar, haverá um momento para envio das contribuições. Além disso, lembrou que os 90 dias ainda não começaram a ser contados.**

Feita a breve contextualização, passou-se à **apresentação dos representantes da Entidade Gestora**. Samuel, representante da Cáritas, entidade líder do consórcio, se apresentou. A apresentação da ANAB foi feita por Bruno, seguida da apresentação do Instituto Conexões Sustentáveis - Conexus, feita por Julia.

Anna Crystina passou à apresentação do **Plano de Ação** (<https://mg.caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/February2024/cDxEIJ1X4jtQ9iFCwIYx.pdf>). Foi também projetada a **apresentação** com resumo das etapas dos momentos participativos propostos pela Entidade Gestora mg.caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/February2024/IXgpA3Fsv71EtMpBTa9r.pdf.

Finalizada a apresentação, Dra. Shirley reforçou a importância do momento que é de esclarecimento, mas também de aprimoramento e que ainda haverá prazo para **contribuições que poderão ser enviadas via formulário**, através do link: <https://forms.gle/vY4jgzA31c4GebMx6>. Em seguida passou a palavra para as pessoas atingidas presentes e inscritas previamente. Informou do prazo de **cinco minutos** que foram contados na tela.

Passada à palavra às **pessoas atingidas** presentes houveram as seguintes contribuições, sugestões, comentários, sistematizadas a seguir:

- Pedido para que a Entidade Gestora tenha um **olhar cuidadoso para os agricultores e agricultoras**; que seja reconhecida a **Zona Quente** como uma região que merece tratamento específico; que Entidade Gestora escute o que as pessoas atingidas tem a dizer;
- Houve questionamento sobre **como ficará a situação das pessoas atingidas, sem o trabalho das Assessorias Técnicas Independentes**; e como será o trabalho desenvolvido com **povos e comunidades tradicionais**;
- Pedido para que **não seja desperdiçado todo trabalho** que as pessoas atingidas já construíram junto às ATIs em relação ao **sistema de participação** e que a Entidade Gestora valorize a participação das pessoas atingidas;
- Foram retomados **princípios** já construídos pelas pessoas atingidas em relação ao Anexo 1.1 - Projeto de Demanda das Comunidades, sendo eles: **governança** – protagonismo dos atingidos, garantir de fato e de forma efetiva; **autonomia** – garantir que as decisões tomadas sejam respeitadas, o que não ocorreu no anexo 1.3; **amplitude territorial** – que as pessoas atingidas sejam contempladas sem olhar limitado; **autossustentabilidade** – ter condições de garantir a participação das pessoas atingidas, com alimentação, deslocamento, etc, seja nos 90 dias seja depois.
- Pedido de que seja garantida a premissa fundamental: **garantia da ampla participação**; que não seja **levado em consideração o trabalho feito com a ATI em relação ao sistema de participação**. Foram feitos comentários do Plano de Ação solicitando um maior detalhamento de pontos que foram entendidos como subjetivos que precisam de mais concretude para fazer comentários. Também foram feitos questionamentos mais diretos como: **Como serão as reuniões? Quantas pessoas? Será obedecido o critério da auto-organização? E a questão do cadastramento? Como será feita a validação desses coletivos? Como serão atendidas as comunidades que ainda estão se reconhecendo como atingidas?**
- Pedido para que as **pessoas atingidas sejam de fato protagonistas, sejam de fato ouvidas e não recebam apenas informes**. Que sejam consideradas em todo seu potencial para o debate, contribuições e discussão. Que possam sentar em cada uma das etapas para pensar a próxima. Houve pontuação novamente em relação aos projetos do anexo 1.3 que não chegaram até hoje nas comunidades;
- Pedido de **atenção à linguagem acessível dos materiais que são divulgados**, já que os documentos recebidos estão de difícil entendimento. Além disso, atenção à questão das reuniões com as **pessoas que não têm acesso à internet**;

- Pedido que as coisas caminhem com **mais agilidade**. Pedido de atenção às pessoas que **não têm internet**. E que haja um pouco mais de antecedência nos avisos, pedidos de contribuição e outros para garantir que as pessoas possam ter mais possibilidade de participar.
- Houve **questionamento em relação à formalização do consórcio**. Em relação ao Plano de Ação, foi apontada **preocupação em relação à pouca quantidade de reuniões e risco de serem discussões superficiais ou cair em assembleísmo**.
- Houve sugestão de **criação de um GT reduzido com pessoas de todas as regiões** onde se discutirá as regras e forma de participação das pessoas na proposta definitiva.
- Houve questionamento e **pedido de atenção em relação ao Plano de Ação que não cita as pessoas atingidas**. Que neste documento tiveram a sensação de estar sendo tratado como objeto.
- Sobre o formulário online foi apontada **preocupação com o vazio digital e que este não chegue a todas as pessoas**.
- Houve questionamento sobre se os atingidos e atingidas **terão poder, de fato decidir sobre o plano definitivo**, ou se será apenas uma consulta.

Encerrada a primeira rodada de falas, contribuições e questionamentos das pessoas atingidas, **foi dada a palavra para as Instituições de Justiça e Entidade Gestora**.

Dr. Leonardo esclareceu sobre a importância do Anexo 1.1 - Projeto de Demandas das Comunidades. Explicou que ele tem uma lógica muito específica e que tudo que está sendo colocado é muito importante, pois não há nada definido para este anexo no Acordo; que podemos fazer muitas coisas, só não podemos descumprir alguma lei, nem descumprir o acordo. Retomou as cláusulas do acordo que falam do Anexo 1.1 e que ele garante a participação das pessoas atingidas.

Dr. Bráulio ressaltou a riqueza e oportunidade que o anexo nos traz, que é a tentativa da garantia da participação ainda mais efetiva. Que é um objetivo muito caro e que estamos tendo uma grande oportunidade. Ressaltou que a partir das falas, teremos necessidade de resolver o problema da urgência X tempo para efetivar a participação. Que a ideia é que se considere sim o que já foi pensado e toda a maturidade já atingida. Que serão considerados ainda os aperfeiçoamentos necessários ao documento - Plano de Ação.

Dra. Carolina destacou que nem tudo o que foi falado é com a Entidade Gestora e que muitas coisas são com as Instituições de Justiça. Esclarece que na petição que foi falada sobre as ATIs que estas não estarão afastadas das comunidades, o que não pode ser confundido é que as ATIs irão participar do processo mas não irão executar os projetos. Relembrou ainda que ninguém da Entidade Gestora está formalmente contratada e que a tendência é que os processos de comunicação sejam mais bem construídos. Esclareceu ainda a questão da proibição de contratação das pessoas atingidas nas ATIs, por conta do papel de Assistente Técnico, o que poderia gerar questionamentos em relação à prova técnica e ao conflito de interesses. Mas isso mudou com a FGV e poderá mudar agora.

Pela **Entidade Gestora** houve **esclarecimentos** e reforço em relação aos princípios da Cáritas de garantia da participação; que haverá erros, mas que sim iremos escutar muito. Houve reforço de que a EG irá considerar e acatar as contribuições, já que sem isso, seremos os primeiros a sair. Colocou-se ainda sobre a necessidade de liberação da proposta básica que é o que a EG tem. Destacou-se que muitas questões colocadas serão acolhidas; que a questão da comunicação será observada, pois por exemplo, ao divulgar um documento sem a devida tradução para uma linguagem mais simples, privilegia uns em detrimento de outros. Esclareceram ainda que em relação ao sistema de participação, não há nada fechado, e que os 90 dias será para avançar mais ainda. Acreditam que mesmo assim, ainda será muito difícil sair dos 90 dias com o sistema de participação fechado que atenda todas as pessoas, mas que iremos pensar em uma proposta juntos e juntas para iniciar e a medida que não der certo iremos mudar. Esclareceram ainda sobre a questão da constituição do consórcio, que ele será formalizado junto à proposta definitiva. E que apesar de não está formalizado, as parcerias estão comprometidas no Termo de Colaboração a ser assinado, inclusive com responsabilidade solidária. Que o formulário de inscrição de grupos e coletivos para a os 90 dias também não está fechado, por isso esse espaço é importante. Por fim, tratou-se da questão da empregabilidade das pessoas atingidas e que isso é algo que será observado com atenção.

Em seguida foi aberta nova rodada de contribuições, sugestões, comentários das **pessoas atingidas**, que foram sistematizadas a seguir:

- Foi alertado que a **participação não tem se dado de forma efetiva**, pois as pessoas atingidas ainda estão sendo **consultoras e não construtoras**; que devem ser consideradas as **pessoas atingidas em sua diversidade**, estando elas organizadas em grupo ou não;
- Houve um alerta sobre a importância de **verificação para a participação das pessoas atingidas, em especial diante da necessidade de verificar a participação de aproveitadores** que nunca estiveram no processo participativo e que agora se aproximam. Que os danos de todas as regiões precisam ser observados e as vivências das pessoas atingidas também;
- Houve sugestão de construir **métodos avaliativos** ao longo do processo, tais como levantamentos contínuos do processo de participação, feedbacks, análise de dados, formulários e reuniões de avaliação;
- Foi destacado que é preciso pensar também na questão do **conflito de interesses na hora da avaliação dos projetos**, por isso talvez a necessidade de uma avaliação oculta;
- Foi apontada a necessidade das **pessoas não serem só ouvidas, mas também que sejam consideradas**; que o processo **participativo seja amplo**, independente de constituição de associação ou CNPJ;
- Foi pedido um **olhar e garantia judicial para as pessoas menos favorecidas** que não tem conhecimento para que elas possam ter acesso ao anexo 1.1; que não sejam repetidas as falhas do anexo 1.3, pois as pessoas deixaram de brigar com a Vale e passaram a brigar com as prefeituras;
- Foi apontada a preocupação com **quem dará apoio às pessoas atingidas, se não há previsão de ATIs em todo o processo de execução** dos dois anos. Além disso, foi apontada preocupação com o **processo corrido**, pois após

quase um ano da escolha tiveram **só uma semana para debater o plano de ação;**

- Foi reforçado novamente sobre a **participação que não é só ouvir, mas garantir que as pessoas atingidas possam incidir;**
- Novamente, sugeriu-se a sugestão de criar um **GT reduzido com atingidos das cinco regiões**. Alertou-se para a necessidade que a **pessoa atingida, em especial as que estiverem nesse GT pleiteado, tenha condições e seja custeado para estar nos espaços participativos, pois não tem condições de estar voluntariamente;**
- Foi reforçado que esse anexo é esperado por muita gente; que espera-se que a Cáritas não erre mais. **Que fale para o povo e com a linguagem adequada;**
- Houve questionamentos sobre **qual o papel dos grupos, movimentos, categorias sociais**. E qual o papel de cada uma nas reuniões e quais os grupos que a Entidade Gestora conhece em toda a Bacia; com quais grupos a Entidade Gestora irá trabalhar;
- Mais uma vez houve reforço em relação à contratação da **mão de obra que seja priorizada a das pessoas atingidas;**
- Reforçou-se a necessidade de que seja **observada a necessidade da participação corpo a corpo;**
- Foi pedida atenção para **crianças, adolescentes, agricultores e agricultoras familiares, mulheres;**
- Houve questionamentos sobre o **Estatuto** criado e se ele está valendo;
- Colocou-se sobre a necessidade de **protagonismo com deliberação;**
- Houve pedido para **utilização da mão de obra, agentes locais, durante os 90 dias;**
- Questionou-se mais uma vez sobre as **limitações das ATIs** e como será quando saírem do território;
- Colocou-se que no plano de ação as pessoas atingidas não foram contempladas; que ele tem apenas **indícios de protagonismo;**
- Houve questionamentos sobre o **Plano de Ação** que não fala sobre a **estrutura administrativa** para que as pessoas possam participar; sobre **quais são essas categorias sociais; sobre quais movimentos e qual será o papel das comissões;**
- Houve questionamento sobre **como será a participação das pessoas além do 1 km; sobre como será o sistema de votação? Quais são os critérios? Se existe um plano de comunicação para atender as pessoas que não tem acesso a internet;**
- Pedido para que o **Plano de Ação seja divulgado após os ajustes**, antes do dia 4 de março, data prevista para o início;

- Houve pedidos para que fosse divulgada a proposta básica; e para que a **urgência não atrapalhe a eficiência**. Foi mencionada a importância de se pensar os que não têm acesso a internet;
- Houve questionamentos sobre **como será o cadastramento; como serão validados e legitimados; como serão considerados possíveis novos coletivos;**
- Destacou-se que PCTTRAMAs aguardam ansiosamente esse momento e esperam que possam ser reconhecidos em todo processo;
- Pedido de **atenção à linguagem técnica; e de que seja observada a mão de obra local;**
- Questionamentos sobre **quais são as categorias sociais mencionadas no plano de ação; quem são os grupos; como será o diálogo com as comissões; qual vai ser o papel das comissões;**
- Pedido de tratamento com atenção em relação à área 5, que não seja deixada para trás.

Encerrada a segunda, terceira e quarta rodada de falas, contribuições e questionamentos das pessoas atingidas, **foi dada a palavra para as Instituições de Justiça e Entidade Gestora.**

Pela **Entidade Gestora** foi esclarecido que algumas questões só serão respondidas nos 90 dias; que é papel da EG e pessoas atingidas estabelecerem um processo de monitoramento para evitar aproveitadores; que a EG já conhece alguns grupos, mas nem todos, por isso é importante que o início seja mais espalhado. EG deixou mensagem de parceria, de que estão juntos, irão errar e que o fato de estarem sentados hoje é um avanço, pois é o primeiro anexo que estão tendo a oportunidade de debater antes de começar; que esse é o trabalho da Cáritas. Destacou-se ainda que a expectativa é que todos os grupos que atuam em relação à reparação participem nos 90 dias; que a questão do 1 km não será um critério para participar dos 90 dias; que as etapas participativas serão por etapas e não por região. Isso significa que todos começam juntos. Que o papel dos grupos é participar desse processo; que a inscrição e credenciamento ainda estão sob avaliação; que temos conhecimento dos danos e do diagnóstico de danos e que eles devem guiar os projetos. Que as categorias são as categorias que são colocadas em situação de vulnerabilidade, como é o caso das mulheres, das pessoas negras, das pessoas com deficiência, etc. Sobre o Estatuto foi respondido que ele não foi considerado, pois ele não foi finalizado a nível da bacia.

Dra. Carolina esclareceu que havia uma questão jurídica em relação à divulgação da proposta básica, relacionada a direitos autorais. Informou que ela será divulgada, mas também precisa de ter a linguagem adequada, pois não é de fácil compreensão. Esclareceu o andamento do processo de que apesar do resultado ter saído em março, a Cáritas só foi homologada em agosto; que o processo é complexo; que estamos tentando amadurecer e as críticas são necessárias; que uma das questões de amadurecimento é como tratar a Zona Quente e familiares. Esclareceu sobre a questão do CNPJ e que ninguém precisa ter uma pessoa jurídica formalizada para participar; e que estão sendo criadas formas de como fazer e se necessário criaremos outros precedentes; que estão observando também as reivindicações sobre a empregabilidade; que a questão da anonimização também precisa ser amadurecida

assim como outras, como por exemplo: pessoas que fazem parte da governança poderão propor projetos? Relembrou que existem também formas de envolver as pessoas do território economicamente, seja prestando serviços, fornecendo alimentação, etc. Ressaltou que foi muito importante ter esse número de pessoas falando e esse processo de escuta. Reconheceu os momentos que as IJs foram falhas, mas que essa reunião anexa 1.1 – projeto de demandas, é uma tentativa de fazer diferente.

Dr. Leonardo e Dr. Bráulio teceram comentários breves e agradecem a participação.

Dra Shirley ressalta os encaminhamentos (sistematizados a seguir).

Dra. Carolina relembra o encaminhamento de assinatura do termo.

A reunião é encerrada com os seguintes encaminhamentos.

Encaminhamentos:

- Prosseguir com a assinatura do termo de compromisso entre IJs e EG;
- Formulário (<https://forms.gle/vY4jqzA31c4GebMx6>) para recebimento de contribuições ao Plano de Ação, disponível a partir de amanhã, dia 20 de fevereiro de 2024;
- ATIs apoiarem na divulgação e preenchimento do formulário junto às pessoas atingidas;
- Disponibilização da ata como resumo.